

CUIABÁ/MT, 11 DE SETEMBRO DE 2020

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto prevê tratamento médico e psicológico a agressor sexual e pedófilo

O Projeto de Lei 4246/2020 prevê que condenados por crimes sexuais, incluindo aqueles praticados contra crianças e adolescentes, recebam acompanhamento médico e psicológico contínuo durante o período de cumprimento de pena em estabelecimento prisional ou em liberdade condicional. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4246/20](#)

Projeto inclui regras sobre uso de algemas no Código de Processo Penal

O Projeto de Lei 3622/20 acrescenta, ao Código de Processo Penal, regras sobre o uso de algemas no País, a fim de garantir segurança jurídica ao tema. O texto permite seu uso nos casos de resistência, fuga, receio de fuga, nos crimes de violência doméstica e também nos provenientes de violência ou grave ameaça. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3622/20](#)

Falsificar assinatura em obra de arte poderá ser crime

O Projeto de Lei 4293/20 pune quem falsificar assinatura em obra de arte com reclusão de um a três anos de reclusão. Quem vende, leiloa, adquire obra falsificada, sabendo que não é original receberá a mesma pena. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4293/20](#)

Projeto aumenta pena prevista para o crime de corrupção de menores

O Projeto de Lei 3856/20 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar a pena prevista para o crime de corrupção de menores, que consiste em convencer menor de 18 anos a participar ou praticar infração penal. O texto, que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados, estabelece pena de reclusão de 2 a 8 anos. Hoje a pena é de 1 a 4 anos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3856/20](#)

Proposta insere no Código Penal o crime de estelionato virtual

O Projeto de Lei 3376/20 insere o estelionato virtual no Código Penal. Pelo texto em tramitação na Câmara dos Deputados, essa modalidade terá pena de reclusão, de 2 a 10 anos, e multa – o dobro daquela prevista para o estelionato. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3376/20](#)

Projeto amplia definição do crime de falso testemunho

O Projeto de Lei 3778/20 amplia o espectro do crime de falso testemunho ou falsa perícia previsto no Código Penal. Entre outros pontos, o texto propõe que o tipo objetivo passe a prever o “não comparecimento à oitiva” ao lado das condutas de “fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3778/20](#)

Projeto cria cadastro nacional de pedófilos

O Projeto de Lei 3976/20 cria um cadastro nacional de pessoas condenadas por crimes relacionados à pedofilia – doença que faz o adulto se sentir atraído sexualmente por crianças, podendo levar ao abuso sexual. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 3976/20](#)

Proposta limita concessão de liberdade condicional a estuprador

O Projeto de Lei 4233/20 condiciona a progressão de pena de estuprador à castração química. Segundo o autor da proposta, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), a reincidência de crimes sexuais caiu de 75% para 2% em países onde se aplica a medida. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4233/20](#)

Projeto pune com até 2 anos de prisão quem invadir hospitais e clínicas

O Projeto de Lei 4272/20 inclui no Código Penal o crime de invasão de estabelecimento de saúde, punido com reclusão de seis meses a um ano. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, aumenta a pena para até 2 anos se o crime for praticado à noite ou com arma de fogo ou com grave violência ou ainda por duas ou mais pessoas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4272/20](#)

Projeto criminaliza perseguição ou stalking

O Projeto de Lei 4411/20 insere no Código Penal o crime de perseguição ou *stalking*. Pela proposta em análise na Câmara dos Deputados, o ato de perseguir ou importunar de modo frequente outra pessoa, por qualquer meio, direta ou indiretamente, de forma lhe provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade, será punido com detenção de 6 meses a 3 anos, ou multa. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

[PL 4411/20](#)

2. MATERIAL DE APOIO

Com o intuito de auxiliar as atividades ministeriais, informamos que encontram-se disponibilizados no nosso Banco de Peças materiais de apoio com modelos de peças, notas técnicas, estudos, cartilhas e entre outros.

Acesse o **Banco de Peças** clicando [aqui](#).

3. JURISPRUDÊNCIAS DO STF E STJ

STF

STF determina condições para operações policiais em comunidades no Rio de Janeiro

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual encerrada na segunda-feira (17), concedeu medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra decretos estaduais que regulamentam a política de segurança pública adotada pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Entre outras medidas, a cautelar restringe a utilização de helicópteros nas operações policiais apenas aos casos de estrita necessidade, comprovada por meio da produção de relatório circunstanciado ao término da operação. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STF mantém proibição de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro

O Supremo Tribunal Federal referendou a decisão liminar que proibiu operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a epidemia da Covid-19, sob pena de responsabilização civil e criminal. O placar foi de 9 a 2, com a maioria dos ministros acompanhando voto do relator, ministro Luiz Edson Fachin. Na liminar de junho, o ministro determinou que, enquanto a pandemia perdurar, as operações policiais nas comunidades do Rio só podem ser feitas em situações excepcionais, que deverão ser justificadas por escrito e comunicadas imediatamente ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Penas extintas há mais de cinco anos podem ser consideradas como maus antecedentes em nova condenação

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que condenações criminais extintas há mais de cinco anos podem ser consideradas como maus antecedentes para a fixação da pena-base em novo processo criminal. De acordo com o entendimento, o instituto dos maus antecedentes não é utilizado para a formação da culpa, mas para subsidiar a discricionariedade do julgador na fase de dosimetria da pena, quando já houve a condenação. A decisão se deu por maioria de votos no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 593818, com repercussão geral reconhecida (Tema 150), na sessão virtual encerrada em 17/8. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Vista de Gilmar Mendes suspende julgamento sobre legitimidade do MP para conduzir investigação criminal

Pedido de vista do ministro Gilmar Mendes interrompeu a análise, pelo plenário do STF, de ADIn em que se debate se o Ministério Público possui legitimidade para conduzir diligências investigatórias criminais. O julgamento virtual teve início em junho, quando então foi suspenso por vista de Alexandre de Moraes. Até o momento, há dois votos pela ilegitimidade do parquet – do relator, Marco Aurélio, que foi acompanhado por Toffoli –, e quatro no sentido da legitimidade – do ministro Fachin, que foi acompanhado por Cármen e Rosa, e do ministro Alexandre de Moraes. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

2ª Turma: empate assegura concessão de prisão domiciliar a mãe reincidente

Em razão de empate na votação (2 a 2), a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão do ministro Ricardo Lewandowski na Reclamação (RCL) 32579 , em que concedeu habeas corpus para assegurar a uma mulher de Londrina (PR), mãe de três filhos pequenos, o direito a nova prisão domiciliar após ser presa em flagrante, dentro de casa, pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas, na modalidade “manter em depósito”. O direito havia sido negado pelo juízo de primeira instância e pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) pelo fato de a mulher ser reincidente. Ela cumpria prisão domiciliar com tornozeleira pelo mesmo crime, em razão do HC coletivo em que o STF concedeu o direito a gestantes e mães de filhos de até 12 anos, quando foi presa novamente. Na sessão desta terça-feira (1º), a Turma rejeitou agravo regimental apresentado pelo Ministério Público. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STF referenda liminar que restabeleceu obrigatoriedade do uso de máscaras em unidades prisionais

Por decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal (STF) referendou medida cautelar deferida parcialmente pelo ministro Gilmar Mendes para restabelecer a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual a todos os trabalhadores dos estabelecimentos prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas, incluídos os prestadores de serviço. A decisão foi tomada, na sessão virtual encerrada em 28/8, nos autos das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs 714, 715 e 718) em que partidos de oposição (PDT, Rede Sustentabilidade e PT) contestam os vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro, a dispositivo da Lei Lei 14.019/2020 que exige o uso do equipamento para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Sem nexos causal, Estado não é responsável por preso que fugiu de presídio e cometeu latrocínio

O plenário virtual do STF julgou RE em que se discutia a responsabilidade do Estado – no caso, o de Mato Grosso – por crime de latrocínio cometido por detento que cumpria pena em regime fechado e fugiu de presídio. Os ministros decidiram que *“nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada”*. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ

OAB não pode atuar como assistente de defesa de advogado réu em ação penal, decide STJ

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não tem legitimidade para atuar como assistente de defesa de advogado réu em ação penal. A decisão (RMS 63.393-MG) teve como relator o ministro Reynaldo Soares Da Fonseca. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ define nova hipótese de incidência da majorante do art. 40, III, da Lei 11.343/2006

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que para a incidência da majorante prevista no artigo 40, III, da Lei 11.343/2006, é suficiente que o tráfico de drogas tenha sido praticado nas imediações dos locais especialmente protegidos pela norma, sendo desnecessário que a mercancia tenha como alvo os frequentadores destes estabelecimentos. Leia a notícia completa com a ementa clicando [aqui](#).

Justiça Federal vai julgar engenheiro acusado de matar ex-companheira na Austrália

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a remessa para a Justiça Federal da ação penal contra o engenheiro Mário Marcelo Ferreira dos Santos Santoro, acusado de matar e ocultar o corpo de sua ex-companheira – brasileira como ele – na cidade de Sidney, na Austrália. Ele está preso preventivamente no Brasil desde 2018, ano em que ocorreu o crime, após supostamente ter fugido do território australiano. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

É possível admitir o compartilhamento de prova em processo conexo

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que se admite o compartilhamento de prova em processo conexo, mormente porque não houve a demonstração da ilicitude do material probatório nos autos originários, sendo certo que eventual irregularidade procedimental demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível a teor da Súmula 7/STJ. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Denúncia deve indicar, por meio dos fatos minimamente consistentes, a presença do elemento subjetivo do tipo

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a denúncia deve indicar, por meio dos fatos minimamente consistentes, a presença do elemento subjetivo do tipo. A decisão (AgRg no RHC 97.903/SC) teve como relator o ministro Rogerio Schietti Cruz. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

O trancamento do processo em habeas corpus é medida excepcional

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o trancamento do processo em habeas corpus, por ser medida excepcional, somente é cabível quando ficarem demonstradas, de maneira inequívoca e a um primeiro olhar, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria ou a existência de causa extintiva da punibilidade, situações estas que não constato caracterizadas na espécie. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Condições subjetivas favoráveis ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que eventuais condições subjetivas favoráveis ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. A decisão (AgRg no HC 578.075/SP) teve como relator o ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Tempo de estudo que ultrapassa quatro horas diárias deve ser computado na remição de pena

Ao reinterpretar o artigo 126 da Lei de Execução Penal (LEP), a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou sua jurisprudência e definiu que o tempo de estudo que ultrapassa as quatro horas diárias previstas na lei deve ser considerado no cálculo da remição de pena. A maioria do colegiado acompanhou o voto da relatora, ministra Laurita Vaz, e adotou para o estudo o mesmo entendimento aplicado na remição por trabalho, na qual se permite o cômputo das horas excedentes à jornada diária. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Alusão a facção em embalagem de droga não justifica regime fechado, diz STJ

O fato de o réu ser preso em flagrante em ponto de traficância na posse de entorpecentes cuja embalagem faz alusão a uma facção criminosa é elemento inerente ao tipo penal e não serve como justificativa para o regime fechado de cumprimento de pena. Especialmente quando a quantidade de drogas apreendida não é expressiva. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministra do STJ concede HC a preso por tráfico porque não demonstrado *periculum libertatis*

A ministra Laurita Vaz, do STJ, concedeu ordem de HC para substituir por medidas cautelares a preventiva de homem preso por tráfico de drogas. Ministra considerou que decisões anteriores apontaram gravidade abstrata do crime, sem justificar em que medida a liberdade do paciente poderia comprometer a ordem pública ou econômica. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

O princípio da insignificância não se aplica aos crimes de contrabando de cigarros

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o princípio da insignificância não se aplica aos crimes de contrabando de cigarros, por menor que possa ter sido o resultado da lesão patrimonial, pois a conduta atinge outros bens jurídicos, como a saúde, a segurança e a moralidade pública. A decisão (AgRq no REsp 1870362/RS) teve como relator o ministro Ribeiro Dantas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Condenados por tráfico de drogas devem ter pena reduzida quando primários e de bons antecedentes

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de um sexto a dois terços, quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organizações criminosas. A decisão (AgRg no HC 591.314/SP) teve como relator o ministro Ribeiro Dantas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Juiz pode pedir ao Google dados estáticos por localização e palavra-chave, diz STJ

A ordem judicial para entrega de dados estáticos delimitada por parâmetros de pesquisa por geolocalização, período de tempo específico e palavras-chave não se mostra desproporcional, pois, se tem como norte a apuração de gravíssimos crimes cometidos, não impõe risco desmedido à privacidade e à intimidade dos usuários possivelmente atingidos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ determina que Mizael, condenado pela morte de Mércia Nakashima, cumpra pena em casa

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que **Mizael Bispo de Souza**, condenado a 22 anos e oito meses de prisão pelo assassinato da ex-namorada Mércia Nakashima, em 2010, cumpra prisão domiciliar por causa da pandemia de coronavírus. A defesa afirma que ele faz parte do grupo de risco. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro determina prisão temporária do pastor Everaldo e de mais dez pessoas

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves decretou a prisão temporária do presidente do Partido Social Cristão (PSC), Everaldo Dias Pereira – o pastor Everaldo –, e de mais dez pessoas, todas investigadas na Operação Tris in Idem, que apura a formação de organização criminosa para o desvio de recursos na área da saúde do Rio de Janeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Para a consumação dos crimes de furto e roubo, basta o desapossamento da coisa subtraída

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que para a consumação dos crimes de furto e roubo, basta o desapossamento da coisa subtraída, o que ocorre com a inversão da posse, sendo prescindível esta ser mansa e pacífica. A decisão (HC 587.756/DF) teve como relator o ministro Nefi Cordeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

É válida a decretação da prisão preventiva com base na reiteração delitiva do paciente

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é válida a decretação da prisão preventiva com base na reiteração delitiva do paciente. A decisão (HC 589.175/MG) teve como relator o ministro Nefi Cordeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ define quando é possível impetrar habeas corpus para analisar a dosimetria da pena

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena, quando não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e houver flagrante ilegalidade. A decisão (AgRg no HC 583.833/SP) teve como relator o ministro Felix Fischer. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Ministro Mussi revoga prisão preventiva de réu primário flagrado com quantidade pequena de droga

O ministro Jorge Mussi, atual vice-presidente do STJ, determinou em decisão do último dia 17 a substituição da prisão preventiva de acusado que é réu primário e com bons antecedentes, preso em flagrante com pouca quantidade de drogas. A prisão ocorreu em 9/5/220, e foi convertida em preventiva no mesmo dia. Posteriormente, o paciente foi denunciado por ter sido surpreendido trazendo consigo e transportando, para fins de mercancia, 19,2g de cocaína. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Risco trazido pela propagação da COVID-19 não autoriza a revogação automática da prisão cautelar

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o risco trazido pela propagação da COVID-19 não é fundamento hábil a autorizar a revogação automática de toda custódia cautelar, sendo imprescindível, para tanto, que haja comprovação de que o réu encontra-se inserido na parcela mais suscetível à infecção, bem como que haja possibilidade da substituição da prisão preventiva imposta. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Invasão de domicílio sem mandado é válida se ninguém mora no local, diz STJ

A proteção constitucional à inviolabilidade de domicílio pressupõe que o indivíduo o utilize para fins de habitação e moradia, ainda que de forma transitória, pois refere-se ao bem jurídico da intimidade da vida privada. Assim, não é nula a invasão feita sem mandado judicial se há suspeitas de que o local é utilizado única e exclusivamente para armazenar drogas e armas. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ define quando cabe o trancamento da ação penal

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o trancamento da ação penal é uma medida de natureza excepcional e só pode ser admitido quando evidente o constrangimento ilegal sofrido pelo investigado. A decisão (AgRg no HC 588.034/SP) teve como relator o ministro Nefi Cordeiro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

4. CONSELHOS NACIONAIS

CNMP

A Lei Anticrime e modificações de Direito Penal foi tema da edição do programa virtual “Em pauta”

Na quinta-feira, 27 de agosto, às 10 horas, a Lei Anticrime e modificações de Direito Penal foi tema da quarta edição do programa virtual “Em pauta”. Iniciativa da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), o programa promove palestras sobre assuntos relevantes para a comunidade jurídica. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Em Pauta debate os avanços e retrocessos do Direito Penal na Pandemia

Na quinta-feira, 3 de setembro, às 10 horas, o tema da quinta edição do programa virtual “Em pauta” foi: Avanços e Retrocessos do Direito Penal na Pandemia. Iniciativa da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), o programa promove palestras sobre assuntos relevantes para a comunidade jurídica. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

“Em pauta” debate novo modelo de atuação criminal para o MP brasileiro

Na quinta-feira, 10 de setembro, às 10 horas, foi realizada a sexta edição do programa virtual “Em pauta”, com o tema “novo modelo de atuação criminal para o MP brasileiro: agência e laboratórios de jurimetria”. Iniciativa da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), o

programa promove palestras sobre assuntos relevantes para a comunidade jurídica. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ

Pandemia: CNJ cobra medidas de prevenção voltadas a mulheres presas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) enviou ofício aos Tribunais de Justiça (TJs) e Tribunais Regionais Federais (TRFs) para que apresentem informações sobre medidas de cuidado e prevenção da infecção pelo coronavírus em relação a mulheres privadas de liberdade que sejam gestantes, puérperas, mães de crianças de até 12 anos, idosas ou as que possuam doenças crônicas ou respiratórias. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MA: CNJ e Humanitas360 expandem modelo de cooperativa para presas

O Conselho Nacional de Justiça participou nesta quarta-feira (26/8) da inauguração da Cooperativa Social Cuxá, localizada na Unidade Prisional Feminina de São Luís, no Maranhão, fomentada a partir de parceria entre CNJ, Tribunal de Justiça do Maranhão, Governo do Maranhão e o Instituto Humanitas360. O evento marcou o início de atividades da primeira unidade do modelo de inserção produtiva para pessoas privadas de liberdade e egressos fomentado pela cooperação entre CNJ e H360. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Sistemas prisional e socioeducativo chegam a quase 33 mil casos de Covid-19

O número de pessoas infectadas pelo novo coronavírus em unidades do sistema prisional brasileiro registrou um aumento de 50,6% nos últimos 30 dias, chegando a 29.403 casos e a 183 óbitos. No socioeducativo, o crescimento no período foi de 33,9% e o registro é de 3.593 casos da doença. O acompanhamento é uma iniciativa do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) e é o único em escala nacional com dados sobre contágios e óbitos também entre servidores e sobre a situação da pandemia no sistema socioeducativo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

5. ATUAÇÕES DO MPMT

MPMT

Gaeco-MT apura fraudes envolvendo distribuidoras de medicamentos

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco/MT) deflagrou nesta sexta-feira (04), em Cuiabá, a operação “Sem Receita”, com o cumprimento de quatro mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Juízo da 7ª Vara Criminal da Capital. A operação apura a prática dos crimes de corrupção passiva e ativa, organização criminosa e lavagem de dinheiro, supostamente praticados por agentes públicos e empresários para a concessão irregular, mediante o pagamento de vantagem indevida, de incentivo fiscal do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso (Prodeic). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

Operação contou com apoio do Gaeco de Cuiabá e Sorriso em dois momentos

Com o apoio dos Grupos de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) de Cuiabá e Sorriso, a operação “Falso Negativo”, desencadeada nesta terça-feira (25) pelo Gaeco do Distrito

Federal, realizou diligências de busca e apreensão em dois endereços na Capital e em dois endereços no município de Nova Mutum. Foram apreendidos, em síntese, documentos e informações armazenados em meio magnético. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

6. ATUAÇÕES DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPPE

Surubim, Vertente do Lério e Casinhas: MPPE emite aviso para instituições sociais interessadas em firmar Convênio de Cooperação para acordos de não persecução penal

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Promotoria de Justiça de Surubim, publicou o Aviso Nº 001/2020, a fim de criar uma lista de entidades que serão beneficiadas na formalização de acordos de não persecução penal firmados pelo Ministério Público. O documento foi destinado às entidades públicas ou privadas com finalidade social, e que exerçam atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde nos municípios de Surubim, Vertente do Lério e Casinhas, que desejem celebrar Convênio de Cooperação com o MPPE. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPAC

MPAC formaliza acordo de não persecução penal por videoconferência

Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da 8ª Promotoria de Justiça Criminal, firmou por videoconferência, no dia 27 de agosto, acordo de não persecução penal, instrumento de justiça negocial introduzido na legislação processual penal com a Lei 13.964/19, conhecida por Pacote Anticrime, vigente desde o início do ano. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMG

Operação do MPMG, PMMG e PCMG combate o tráfico de drogas articulado dentro de presídios em Montes Claros

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) deflagram na manhã desta sexta-feira, 4, a Operação Panóptico com o objetivo de cumprir cerca de 60 mandados de busca e apreensão domiciliar contra alvos que integram pelo menos seis núcleos criminosos voltados para o tráfico de drogas na região de Montes Claros, na Região Norte do estado. A operação foi conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), "com a imprescindível participação dos integrantes da polícia penal - agentes penitenciários - valorizando a atuação da classe nessa importante investigação". Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPI

CAOCRIM/MPPI promove primeira reunião do Grupo de Estudos e Pesquisas "Ciências Criminais em Debate"

O Ministério Público do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM), coordenado pela promotora de Justiça Luana Azeredo Alves, realizou na

tarde de ontem, 20 de julho, via plataforma Teams, a primeira reunião do Grupo de Estudos e Pesquisas “Ciências Criminais em Debate”, instituído pelo Ato Conjunto CAOCRIM/CEAF nº 01/2020, para falar sobre o plano de trabalho e alinhar os propósitos do grupo, formado por Lia Raquel Prado Burgos Ribeiro Martins, Marcondes Pereira de Oliveira, Camila de Luar Fausto de Sá, Huggo Gomes Rocha e Denise Costa Aguiar. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPDFT

Entregues pelo MPDFT: Sistema Penitenciário instala roteadores em unidades prisionais

Objeto de entrega do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Sistema Penitenciário do DF iniciou nesta semana, a instalação de 19 roteadores sem fio de internet e suas respectivas fontes de alimentação em cinco (lista abaixo) unidades prisionais. Os equipamentos vão melhorar a conectividade dos dispositivos usados para a realização de visitas virtuais entre os reeducandos e seus familiares durante a pandemia. Os aparelhos foram transferidos à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape) em 19 de agosto. O Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri) verificou no dia 27 de agosto, o funcionamento de um dos equipamentos na Penitenciária do Distrito Federal (PDF). Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMS

Em tempos de pandemia, campanha do MPMS mostra os impactos da corrupção na vida dos cidadãos

A covid-19 tem causado impactos econômicos e sociais no mundo inteiro. No Brasil, além de reforçar a histórica necessidade de implementação de estratégias de melhorias na qualidade de vida, a doença tem revelado os efeitos negativos que a corrupção provoca, principalmente na saúde. Os brasileiros estão sentindo na pele o quanto a diminuição de investimentos e desvios de verbas são prejudiciais, pois reflete diretamente na falta de hospitais, leitos, profissionais, medicamentos e materiais de insumo, privando o cidadão do direito à vida e à existência digna previsto na Constituição. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPBA

Promotores de Justiça defendem sistema prisional com garantia de direitos coletivos

“O entendimento dominante no imaginário coletivo sobre os caminhos para a efetividade da segurança pública e, principalmente, do sistema penitenciário brasileiro reflete o mantra estigmatizante “bandido bom é bandido morto”. A fala do promotor de Justiça Edmundo Reis expõe um tema caro ao Ministério Público do Estado da Bahia. Edmundo é o idealizador do “Colóquios Internacionais – Diálogos entre a Academia e o MPBA sobre o Cárcere”, cuja primeira edição acontece na próxima terça-feira, dia 1º de setembro. O objetivo, segundo o promotor de Justiça, “é propiciar reflexões que ensejem aos membros do MP a elaboração de protocolos de atuação que auxiliem nas suas ações para garantir direitos coletivos no sistema prisional”, além de instrumentalizar o Ministério Público para lidar com as vulnerabilidades do ambiente carcerário. Ele ressalta que é uma oportunidade também para professores e doutores da academia puderem construir conhecimento que permita constituir subsídios de políticas públicas dirigidas à melhoria do sistema carcerário. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPGO

STJ acolhe argumento do MP-GO de que tempo de tornozeleira não pode ser contado para abater pena

Dando provimento a recurso especial interposto pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a impossibilidade de detração penal do período em que o sentenciado permaneceu sob monitoramento eletrônico (usando tornozeleira) e cassou acórdão do Tribunal de Justiça goiano (TJGO). O voto proferido pelo relator, ministro Reynaldo Soares da Fonseca, acolheu a argumentação apresentada pelo promotor de Justiça Marcelo de Freitas, da equipe da Procuradoria de Recursos Constitucionais do MP-GO. A detração penal é o abatimento, no cálculo final da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança, do tempo de prisão provisória ou de internação do réu. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPR

Promotoria de Justiça de Ponta Grossa requer apoio para divulgar iniciativa que poderá contribuir para redução de furtos e roubos de celulares

O Ministério Público do Paraná, por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, emitiu recomendação administrativa ao prefeito, ao secretário Municipal de Cidadania e Segurança Pública, ao comandante da Polícia Militar e ao delegado-chefe da Polícia Civil no Município para que, dentro de suas esferas de atuação e a partir dos meios disponíveis, adotem providências para divulgar o Programa Salve Celular. A iniciativa, que pretende contribuir para a redução dos crimes de furto, roubo e receptação de aparelhos de telefonia móvel, será lançada oficialmente no próximo dia 14 de setembro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPPB

Promotoria recomenda preservação da cadeia de custódia de vestígios em Pocinhos e Puxinanã

O Ministério Público da Paraíba expediu recomendações às autoridades policiais, civis e militares, institutos de perícia e demais locais com atuação nos municípios de Pocinhos e Puxinanã quanto à preservação da cadeia de custódia dos vestígios e dos dados de interesses em todas as investigações de crimes e atos infracionais. A recomendação foi expedida pela promotora de Justiça de Pocinhos, Fabiana Alves Mueller. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP

Projeto majora pena contra exercício ilegal da medicina com fim de obter lucro

Atendendo a uma sugestão do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCrim), o deputado Carlos Sampaio, apresentou, no mês passado, um projeto de lei para "aumentar a pena do crime de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica, quando praticado com o fim de lucro". Se a proposta do parlamentar paulista for aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República, o artigo 282 do Código Penal será alterado e a sanção para o delito com essas características serão majoradas em um terço. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRJ

MPRJ realiza operação para prender integrantes da milícia de Rio das Pedras acusados de lavarem o dinheiro da organização

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO/MPRJ), com o apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), realiza nesta quarta-feira (02/09) a operação “Intocáveis III”. O objetivo é cumprir mandados de prisão preventiva contra três, dos seis denunciados à Justiça pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro, além de 14 mandados de busca e apreensão. Os denunciados integram a milícia que atua em Rio das Pedras e adjacências. A denúncia foi recebida pela 1ª Vara Criminal Especializada da Capital, que deferiu as medidas cautelares. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

MPAM

MPAM, TJAM e SEAP retomam discussão sobre problemas no regime semiaberto no sistema prisional

A reunião tratou de questões referentes ao regime semiaberto na capital. Foram abordadas questões como melhor estruturação do sistema de monitoramento eletrônico, a emissão mais rápida de certidões carcerárias e disciplinares dos apenados, a regulamentação das normas e faltas do regime semiaberto, a melhor fiscalização das violações praticadas por apenados sob monitoramento eletrônico, entre outras. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

7. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MT E OUTROS TRIBUNAIS

TJMT

Inquérito eletrônico integrado ao PJe é expandido para todo Estado

A partir desta segunda-feira (31 de agosto), todas as delegacias de Mato Grosso passarão a contar com sistema de inquérito policial 100% on-line integrado ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Poder Judiciário. A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) editou Provimento n. 24, de 27 de agosto de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e instituiu procedimentos para protocolo e processamento de inquéritos e outros processos de natureza investigatória no sistema PJe no âmbito do Primeiro Grau. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

PJe criminal inaugurou nova fase na justiça mato-grossense

A implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nas varas criminais de Mato Grosso, em novembro de 2019, inaugurou uma nova fase na Justiça mato-grossense. A exemplo do que já ocorria na maioria das varas cíveis, o PJe criminal chegou para facilitar o cumprimento de prazos, possibilitando aos advogados o envio de documentos de forma eletrônica e facultando o acesso permanente a todo o conteúdo dos autos. Outra vantagem destacada pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro, foi a diminuição do uso do papel e o impacto positivo disso para o meio ambiente. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJAC

Escritório Social atenderá egressos do sistema prisional do Acre

Semanalmente, a Rede Intersetorial de Proteção Social do Acre se reúne por videoconferência. O tema elencado para esta quinta-feira, 27, era a implementação do Escritório Social. Contudo, a

pauta se construiu além das falas técnicas ao sintonizar as expectativas e comoção dos participantes. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJCE

TJCE institui distribuição de processos no SEEU para todo o Estado

Com o avanço da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) na Capital e no Interior, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instituiu unidade para a distribuição dos processos cadastrados na ferramenta em todo o Estado. A medida consta na Resolução nº 5/2020, aprovada nessa quinta-feira (20/08), durante sessão virtual do Pleno do Tribunal, conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Washington Araújo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSC

TJ nega domiciliar a preso asmático com 44 anos para cumprir por crimes violentos

Para deixar o cárcere, no Planalto Norte catarinense, um homem condenado a 44 anos, quatro meses e cinco dias de reclusão, além de sete meses de detenção, pleiteou prisão domiciliar por ser do grupo de risco da Covid-19. Apesar de o condenado ser portador de bronquite crônica asmática, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em matéria sob a relatoria do desembargador Sérgio Rizelo, negou o pedido com base em laudo médico que atesta a estabilidade de seu quadro de saúde e pelo histórico de crimes cometidos com violência. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRJ

Governo e empresa Spacecomm chegam a acordo que garante o monitoramento de tornozeleiras eletrônicas até outubro

Em audiência especial virtual realizada na última quarta-feira (19/8) pela 8ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio com representantes do Governo do Rio, da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e da empresa Spacecomm Monitoramento S.A, ficou acordado que a prestação do serviço de monitoramento de tornozeleiras eletrônicas continuará a ser feito pela Spacecomm ao menos até o dia 31 de outubro deste ano, com um limite contratual total de cinco mil tornozeleiras eletrônicas. Trata-se de um acordo parcial que será homologado pela juíza Alessandra Tufvesson e que contempla os serviços prestados pela empresa de fornecimento e monitoramento das tornozeleiras eletrônicas ao Governo do Rio no ano de 2020. Foi elaborado, ainda, um cronograma de pagamento dos serviços contratados. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJPA

Custodiados participam de curso de inteligência emocional

Um total de 469 internos das casas penais do Estado e 711 servidores públicos participam, até o próximo domingo, 23, do Curso de Inteligência Emocional, com a abordagem do método CIS (Coaching Integral Sistêmico). Nesta sexta-feira, 21, o juiz titular da Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém, Deomar Alexandre Barroso, atuará como interlocutor no curso de capacitação, e ressaltará como o curso pode ser aproveitado pelos internos, servindo como instrumento de resgate de dignidade e ressocialização. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJGO

Presidência convida magistrados e servidores para compor comissão do sistema prisional

A Comissão de Fiscalização das Refeições dos custodiados do Sistema Prisional do Estado de Goiás foi instituída pela Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) e é formada por representantes do órgão e dos familiares dos detentos. A DGAP solicitou ao TJGO a indicação de um membro para integrar a comissão, cujo objetivo é controlar e fiscalizar a qualidade da refeição entregue diariamente aos custodiados no sistema prisional, uma das problemáticas apresentadas pelos familiares. Os homicídios e o narcotráfico serão julgados em procedimentos distintos. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJTO

Voltado para acolher pessoas egressas do sistema prisional, Escritório Social será inaugurado nesta 4ª feira, em Palmas

A partir desta quarta-feira (2/9), o Tocantins contará com os serviços do Escritório Social, responsável por realizar acolhimento e encaminhamento das pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares a serem beneficiados pelas políticas públicas existentes. A iniciativa é parte do programa Justiça Presente, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em parceria com os tribunais brasileiros e o Poder Executivo. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJPI

Sistema prisional: apenados da VEP de Teresina voltam a cumprir pena em regime semiaberto a partir do dia 1º de outubro

Em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus e da implantação de medidas mais rígidas de contenção à doença por parte de todas as instituições públicas e privadas no País, inclusive na esfera do sistema carcerário, e atendendo à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), muitos apenados que cumpriam pena em regime semiaberto, foram encaminhados ao cumprimento da pena na forma de prisão domiciliar excepcional e temporária. No âmbito da Vara de Execuções Penais (VEP) de Teresina, os apenados que cumpriam pena em regime semiaberto e que não se encontravam em prisão provisória por outro crime e receberam, em março, o direito à prisão domiciliar, devem voltar ao cumprimento de suas penas em regime semiaberto a partir do dia 1º de outubro. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRS

COMAG veda audiências de custódia por videoconferência

Segundo decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Magistratura do TJRS (COMAG) suspendeu a realização das audiências de custódia por meio de videoconferência ou qualquer outro meio tecnológico. A medida havia sido autorizada em razão da pandemia de COVID-19. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

TJRN

Câmara Criminal confirma regressão de regime para apenado que infringiu regras do semiaberto

A Câmara Criminal do TJRN ressaltou que o cometimento de falta, considerada “grave”, por um reeducando do sistema prisional, justifica a determinação de regressão de regime, conforme o artigo 50, incisos II e V, e artigo 118, inciso I, ambos da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984). O tema foi discutido no julgamento de Agravo em Execução Penal, que confirmou decisão do Juízo de Execuções Penais de Nísia Floresta, o qual determinou que um apenado voltasse para o regime fechado, após passar cerca de três meses sem o devido comparecimento à unidade prisional, segundo as regras do semiaberto. Leia a notícia completa clicando [aqui](#).

8. INFORMATIVO STF

INFORMATIVO 985

DIREITO PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS

Tema: “Habeas corpus” e desentranhamento de termo de colaboração de corréu

A Segunda Turma julgou prejudicado agravo regimental em habeas corpus no que atine ao pedido de apresentação das alegações finais pelo paciente após o oferecimento pelos corréus, pois a pretensão foi alcançada na Rcl 33.543. Ademais, por maioria, deu parcial provimento ao recurso a fim de conceder a ordem para determinar o desentranhamento de termo de colaboração de corréu dos autos de ação penal em que figura como acusado o ora paciente.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 987

DIREITO PENAL – CRIMES CONTRA A HONRA

Tema: Ação penal privada: difamação, vídeo com conteúdo fraudulento e divulgação em rede social de parlamentar

A Primeira Turma julgou procedente pedido formulado em ação penal para condenar deputado federal pela prática do crime de difamação agravada.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

INFORMATIVO 988

DIREITO PROCESSUAL PENAL – “HABEAS CORPUS”

Tema: Acordo de delação premiada e impugnação

A Segunda Turma, em conclusão e por empate na votação, concedeu, de ofício, a ordem de habeas corpus para declarar a nulidade da utilização, como meio de prova, do segundo acordo de colaboração premiada firmado, por auditor e sua irmã, no âmbito de operação deflagrada com o objetivo de desarticular organização criminosa formada por auditores fiscais (Informativos 941 e 958).

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

9. INFORMATIVO STJ

INFORMATIVO 675

DIREITO PENAL MILITAR, DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Tema: Tentativa de homicídio. Art. 205 do CPM. Policial militar de folga. Disparos contra os colegas de corporação e a viatura. Regularidade da Instituição Militar. Princípios da hierarquia e disciplina. Vulneração. Competência da Justiça Militar.

Na definição da competência da Justiça Militar, considera-se o critério subjetivo do militar em atividade, em serviço ou não, aliado ao critério objetivo, do bem ou serviço militar juridicamente tutelado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Ação Penal. Réu advogado. Ingresso da OAB como assistente da defesa. Impossibilidade. Ausência de legitimidade.

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – não tem legitimidade para atuar como assistente de defesa de advogado réu em ação penal.

DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Inimputabilidade. Semi-imputabilidade. Reconhecimento. Exame médico-legal. Incidente de insanidade mental. Prévia instauração. Necessidade.

O reconhecimento da inimputabilidade ou semi-imputabilidade do réu depende da prévia instauração de incidente de insanidade mental e do respectivo exame médico-legal nele previsto.

DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Estupro de vulnerável. Vítima embriagada incapaz de oferecer resistência. Vulnerabilidade temporária. Ação penal pública condicionada à representação. Art. 225 do Código Penal. Redação dada pela Lei n. 12.015/2009.

No crime sexual cometido durante vulnerabilidade temporária da vítima, sob a égide do art. 225 do Código Penal com a redação dada pela Lei n. 12.015/2009, a ação penal pública é condicionada à representação.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#).

10. ARTIGOS

Teoria da cegueira deliberada e ocultação do domínio dos fatos

Avaliar a existência e a aplicação da teoria da cegueira deliberada em nosso cenário jurídico torna-se relevante diante da perspectiva política e econômica em que se encontra o Brasil, e quanto à notável aplicação da Teoria da Cegueira Deliberada nos tribunais brasileiros – conhecida também como *Willful Blindness*, Doutrina das Instruções do Avestruz (*Ostrich Instructions*), Doutrina da Evitação da Consciência (*Conscious Avoidance Doctrine*) ou Ignorância Deliberada (como é conhecida no direito espanhol), concomitada com a ocultação do Domínio dos Fatos. A teoria em análise diz que atua dolosamente (dolo eventual) aquele que “finge de bobo” em determinadas situações que as circunstâncias indiquem estar cometendo um ato ilícito. Para o Código Penal, o dolo eventual consiste na conduta do agente que, ao atuar, assume o risco de que sua conduta incida no tipo penal. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Gabriel Dos Santos Regly

Efetivação do sistema acusatório e o juiz das garantias no processo penal brasileiro

O Juiz das Garantias, implementado pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, trouxe ao processo penal a separação das funções judiciais referentes à investigação e ao processo (instrução e julgamento), em que instituiu um juiz unicamente para a fase pré-processual, o qual não poderá atuar no decurso do processo. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Larissa Adriane Brentano

É possível cumular a prisão cautelar com medidas cautelares diversas da prisão?

Nas lições de *Cesare Beccaria*: o sistema atual da jurisprudência criminal apresenta aos nossos espíritos a ideia da **força** e do **poder**, em vez da **justiça**, é que se atiram, na mesma masmorra, sem distinção alguma o inocente suspeito e o criminoso convicto, é que a prisão, entre nós, é antes de tudo um suplício e não um meio de deter um acusado (BECCARIA, 2014). Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Julyan Ramos da Fonseca e Kelvin Wallace

Habilidades negociais no acordo de não persecução penal

O acordo de não persecução penal, trazido à lume pela Lei Anticrime, se trata de uma forma negocial de resolução de questões criminais, que pressupõe a atuação da defesa, do Ministério Público e não prescinde da homologação judicial, situação em que o juiz deve analisar as condições do acordo e a sua viabilidade. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Alneir Maia

Boletim Informativo CAOCRIM

Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Emanuelle Rezende Rosa Campos – Auxiliar Ministerial - Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal